

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

JOZEANE GONÇALVES

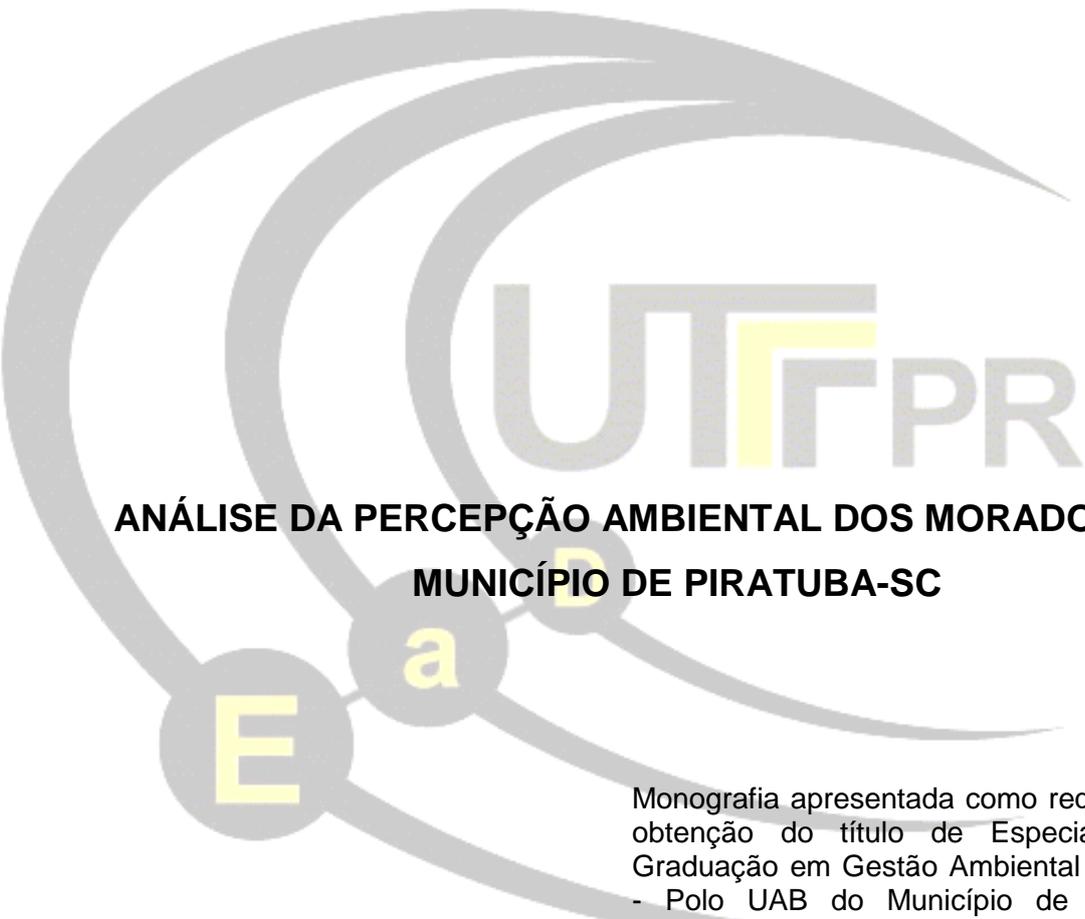
**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO
MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SC**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2015

JOZEANE GONÇALVES



**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO
MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SC**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios - Polo UAB do Município de Concórdia-SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Laufer Rech.

MEDIANEIRA

2015



TERMO DE APROVAÇÃO

Análise da Percepção Ambiental dos Moradores do Município de Piratuba-SC

Por

Jozeane Gonçalves

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia..... **de..... de 2015** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios - Polo de Concórdia-SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Me.
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me.
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho à minha família, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando, e motivando para seguir em frente. A todos os Profissionais da UTFPR, responsáveis pelo conhecimento adquirido. E também a todos (as) os amigos (as), demais familiares e pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, que foram exemplos de coragem, amor, determinação e perseverança, que além de pais amigos, sempre me apoiaram e depositaram confiança em minha pessoa.

Ao meu irmão, e ao meu namorado, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora Profa. Dra. Angela Laufer Rech pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

À administração municipal pelo auxílio no transporte acadêmico.

E aos amigos e colegas, que me distraem nas horas tensas e me fazem concentrar nas horas precisas.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Os prazeres são maiores onde nenhum prazer parece haver; não há uma folha que caia ao chão e que não contenha um pouco de alegria, de silêncio ou de som”. (Samuel Laman Blanchard)

RESUMO

GONÇALVES, Jozeane. Análise da percepção ambiental dos moradores do município de Piratuba-SC. 2015. 51 p. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

Este estudo teve como temática a pesquisa de percepção ambiental, a qual facilita a obtenção de todos e quaisquer dados necessários para a concretização de medidas estratégicas de gestão e educação ambiental, facilitando o desenvolvimento de atividades e a obtenção de resultados imediatos nos mais variados eixos temáticos. Este estudo visa identificar a opinião de uma parcela populacional a respeito das questões ambientais na busca por identificar a percepção ambiental, a opinião e o grau de conhecimento que a população do município de Piratuba-SC possui em relação às questões ambientais. A metodologia baseou-se na descrição dos dados, os quais foram obtidos utilizando técnica padronizada de coleta de dados, tal como, o questionário de pesquisa. Foram entrevistados 356 moradores sendo 254 moradores do perímetro urbano e 102 moradores do perímetro rural. Com base na análise dos dados, foi observado que a população de Piratuba-SC possui pouco conhecimento sobre as questões de meio ambiente, e não assume a responsabilidade com relação aos problemas ambientais. Além disso, não está envolvida, tão pouco se interessa pelas questões municipais. Ainda, há carência na transmissão das informações por parte do Poder Público, o qual deixa a desejar em relação à manter a população informada de tudo o que é realizado no município. Contudo, há a necessidade de maior atenção para práticas de educação ambiental que visem a conscientização. A Educação Ambiental inserida na rotina dos moradores poderá refletir em resultados satisfatórios, como a mudança dos hábitos diários para hábitos mais sustentáveis. Isso se faz necessário, pois percebe-se que a maior parte da população faz somente aquilo que é regido pelo Poder Público, daí surge a importância de inserir a educação ambiental nas atividades de gestão. Ficou evidente também, a necessidade de se estabelecer novas políticas públicas voltadas para as questões ambientais, de maneira a aprimorar a gestão ambiental pública refletindo em uma melhor qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Percepção. Meio Ambiente. Educação Ambiental. Gestão Ambiental.

ABSTRACT

GONÇALVES, Jozeane. Environmental analysis from perception of inhabitants of the city of Piratuba-SC. 2013. 51 p. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

This work had as thematic the environmental from perception examination, the which facilitate the acquisition from all and data necessary for the implementation of strategic measures of environmental management and education, facilitating the development of activities and obtaining immediate results in various themes. This study aims to identify the opinion of a part of the population regarding environmental issues in seeking to identify the environmental perception, opinion and the degree of knowledge that the population of Piratuba-SC municipality has in relation to the environmental issues. The methodology was based on the description of the data, which were obtained using standard technique of data collection, such as the questionnaire survey. We interviewed 356 residents and 254 residents of the urban area and 102 residents of a rural area. Based on the analysis of the data, it was observed that the population of Piratuba-SC has little knowledge of the environmental issues, and assumes no liability with respect to environmental problems. Also, is not involved, nor is interested in municipal issues. Still, there is a lack in the transmission of information by the government, which is weak compared to keep the public informed of all that is conducted in the city. However, there is the need for greater attention to environmental education practices aimed at awareness. Environmental education inserted into the routine of residents may reflect satisfactory results, such as changing daily habits to more sustainable habits. This is necessary because it is noticed that most of the population is only that which is ruled by the Government, there arises the importance of including environmental education in management activities. It was evident also, the need to establish new public policies for environmental issues in order to enhance public environmental management resulting in an improved quality of life of the population.

Keywords: Perception. Environment. Environmental Education. Environmental Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Macrolocalização do Município de Piratuba/SC.....	18
Figura 2 – Foto Parcial do Município de Piratuba, SC.	19
Figura 3 – Opinião dos Entrevistados em Relação ao Plano Diretor.	26
Figura 4 – Conceito de Meio Ambiente para a População de Piratuba-SC. ...	27
Figura 5 – Problemas Ambientais Citados pela População de Piratuba-SC...29	
Figura 6 – Percepção Quanto as Ações em Prol do Meio Ambiente.	32
Figura 7 – Destino dos Resíduos Sólidos Gerados pela População.....	35
Figura 8 – Percepção da População sobre o Conceito de Reciclagem.	38
Figura 9 – Meio de Transporte mais Utilizado	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	12
2.1.1 Problemas Ambientais.....	12
2.1.2 Sustentabilidade.....	13
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	14
2.3 LEIS AMBIENTAIS.....	15
2.4 PLANO DIRETOR.....	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	18
3.1 LOCAL DA PESQUISA.....	18
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	20
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	21
3.4 COLETA DE DADOS.....	21
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
4.1 AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	23
4.2 MUDANÇA DE HÁBITOS - PROPOSTA DE AÇÕES.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA- SC.....	48

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais, atualmente, estão dentre as discussões de maior relevância para todas as empresas, instituições, e população em geral. Isso, pois, no que tange o desenvolvimento de qualquer atividade, produtiva ou não, tais questões interferem na qualidade de vida e no bem estar individual e coletivo, dependendo unicamente da forma como são utilizados os bens ambientais.

Mas, infelizmente, quando se questiona o dever de cuidar do meio ambiente, geralmente essa tarefa é estritamente atribuída às grandes empresas e ao poder público, imunizando a sociedade, como se a mesma não tivesse dever algum. Isso acontece devido à falta de conhecimento suficiente, necessário para que as pessoas em geral entendam a necessidade de tais debates e a responsabilidade de cada um.

É importante ressaltar que o cuidado com o meio ambiente, é dever de todos, e em locais onde esse cuidado é tomado por uns e não por outros, é importante realizar um trabalho de educação ambiental, de maneira a incentivar a mudança de hábitos, e induzir melhorias na qualidade de vida.

E, para que isso aconteça, é fundamental a realização de um levantamento de dados e informações que permitam avaliar o nível de conhecimento e a opinião da população, e para identificar quais os pontos principais que precisam ser trabalhados.

Ainda, mesmo sabendo que a Educação Ambiental na prática, de forma a estimular a mudança de hábitos, não é uma tarefa nada fácil, essa é uma ferramenta essencial para a gestão ambiental de qualquer município. Assim, primeiramente é necessário conhecer a rotina diária de atividades da população a que se quer trabalhar, identificando quais são as suas necessidades, seus desejos, para conseguir direcionar a linha de apoio que se deve dar para que o resultado seja mais imediato possível. Para isso, a aplicação de questionários de percepção ambiental, à população em estudo, como ferramenta essencial para obter a opinião e identificar o grau de conhecimento da população que se quer estudar, se torna indispensável para direcionar qualquer estudo, facilitar a determinação dos aspectos mais relevantes e a tomada de decisões para o incentivo de possíveis mudanças.

A pesquisa de percepção ambiental facilita a obtenção de todos e quaisquer dados necessários para a concretização de medidas estratégicas de gestão e

educação ambiental, facilitando o desenvolvimento de atividades e a obtenção de resultados imediatos nos mais variados eixos temáticos.

Neste sentido, o presente estudo visa identificar a opinião de uma parcela populacional a respeito das questões ambientais na busca por identificar: qual é a percepção ambiental, a opinião e o grau de conhecimento que a população do município de Piratuba-SC possui em relação às questões ambientais?

Á partir disso é possível obter um contato mais próximo com a população, de maneira a alcançar dados necessários para um planejamento adequado e bem direcionado que trate de incentivo aos cuidados ambientais.

Com o presente estudo pretende-se avaliar o que já é conhecido e de rotina, o que está faltando, qual a melhor maneira de realizar certa atividade, dentre outras questões relativas.

Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa se concentra em avaliar a percepção ambiental da população do município de Piratuba – SC, bem como, o nível de conhecimento em relação ao meio ambiente e aos problemas ambientais, relacionando estes aspectos às atitudes pessoais quanto às questões de saneamento básico e gestão ambiental municipal, de forma a adquirir informações necessárias para propor ações que visem à conscientização ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população, de maneira a contribuir para a gestão ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Já tem um tempo que os aspectos relacionados com a temática ambiental vêm se tornando assunto prioritário e comum tanto na sociedade brasileira como no mundo todo, estimulando e fazendo com que cada indivíduo construa a sua percepção particular sobre o meio em que vive, reagindo e respondendo distintamente, manifestando suas satisfações e insatisfações, anseios e expectativas através de julgamentos, condutas, etc (FERNANDES et al., 2004, p. 01).

As vantagens da percepção ambiental se dão quando (BAY e SILVA, 2011, p. 110),

permite ao gestor planejar e elaborar projetos em educação ambiental; avaliar, estimular e propor ações mitigadoras dos impactos ambientais; fornece elementos para as políticas públicas de forma eficaz; mas, nada disso será possível sem a imprescindível e efetiva participação da comunidade nas políticas públicas, nos processos de decisão, planejamento e no controle social.

2.1.1 Problemas Ambientais

Brilhante e Caldas (1999, p. 13) atentam para as alterações ambientais, de escala local a global, como a contaminação por radiação, por produtos químicos, por névoa ácida em grandes centros urbanos, chuvas ácidas, destruição da camada de ozônio e efeito estufa, dentre outros, os quais estão sendo provocados por riscos ambientais associados ao crescente processo de industrialização verificado desde o final do século passado. Esse processo, juntamente com o incremento da pesquisa, do desenvolvimento e da difusão de novas tecnologias, dos processos de produção e seus produtos, além de pôr em perigo, causa prejuízos à saúde do homem e dos

ecossistemas, e tornam, cada vez mais, desafiante a maneira de administrar esses riscos de forma eficiente.

E é por esses e outros motivos que “cada vez mais um número maior de pessoas veem na degradação ambiental uma ameaça à saúde e ao bem-estar social” (BRILHANTE; CALDAS, 1999, p. 13).

O tratamento ou eliminação dos resíduos sólidos urbanos, por exemplo, constitui-se num sério problema por envolver aspectos sociais, ecológicos e econômicos, problema este que somente o bom senso, aliado aos recursos da ciência e da tecnologia podem resolver satisfatoriamente (LIMA, 2004).

Os resíduos sólidos, dispostos inadequadamente, sem qualquer tratamento, podem poluir o solo, alterando suas características físicas, químicas e biológicas, constituindo-se em um problema de ordem estética e, mais ainda, em uma séria ameaça à saúde pública, além de se tornar preferido por inúmeros organismos vivos como ratos, baratas, moscas, cães, aves, vermes, bactérias, fungos, vírus e outros propagadores e causadores de doenças (LIMA, 2004).

Tendo em vista o tempo de decomposição natural de alguns materiais como o plástico (450 anos), o vidro (5.000 anos), a lata (100 anos), o alumínio (de 200 a 500 anos), torna-se necessário desenvolver uma consciência ambientalista para uma melhoria da qualidade de vida atual e para que haja condições ambientais favoráveis à vida das futuras gerações (ADAMS, 1998).

2.1.2 Sustentabilidade

A preocupação ambiental deve ser o foco para garantir o pleno desenvolvimento sustentável das cidades, devolvendo ao ambiente, quando necessário, suas características originais, a estabilidade e o equilíbrio no ambiente degradado, e ainda idealizando uma nova realidade urbanística (AVELAR; PASCHOAL; SARQUES, 2014).

Segundo Brilhante e Caldas (1999, p. 13),

há um crescente consenso de que os problemas de saúde ambiental só serão resolvidos ou minorados com o desenvolvimento e a aplicação de

políticas ambientais claras e eficientes, em que o princípio do desenvolvimento sustentável seja aplicado na solução das questões de meio ambiente, economia e sociedade.

“A sustentabilidade é um conceito complexo e multidimensional” (BACHA, SANTOS, SCHAUN, 2010), e, tudo o que se discute sobre desenvolvimento sustentável, gira em torno da busca por uma política de consenso capaz de envolver os interesses de países, povos e classes sociais, envolto a apropriação da natureza. Contudo, a conscientização ambiental por parte das instituições é notável, e favorável na medida em que estas obtêm crescimento sustentável, valorizando-se, estando sempre abertas, transparentes, imbuídas de cidadania, preocupadas com o meio ambiente e verificando sempre como pode contribuir com o crescimento sustentável do Estado.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Muitos educadores, preocupados com a problemática ambientalista, concordam que educação ambiental é a realização de atividades voltadas à formação de uma consciência ambiental mais estrita, voltada para a conservação e/ou preservação somente (CASCINO, 2003).

A educação ambiental pode ser definida como uma prática cidadã para construir, etapa por etapa, uma sociedade menos vulnerável para o futuro e neste sentido, é insustentável seguir considerando que somente os interesses humanos importam moralmente (LEFF, 2003). A Educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente e contínuo baseado no respeito a todas as formas de vida, assegurando valores e ações que colaborem para uma transformação tanto social quanto humana e preservem o meio ambiente (SATO, 2004).

Ainda, a EA é o desenvolvimento de ações baseadas nos 4Rs: redução, reutilização, reciclagem e reeducação, por meio de oficinas, palestras, feiras e muitas outras atividades (DELEVATI, 2006).

Os processos educativos que fazem parte da perspectiva ambiental precisam considerar a preocupação pela conservação do meio ambiente (LEFF,

2003), e para que isso ocorra é preciso ter responsabilidade individual e coletiva e, em níveis locais, nacionais e planetários (SATO, 2004).

De fato, há a necessidade de construir novos saberes, mais libertadores e muito mais produtivos, os quais devem conjugar categorias para uma interpretação mais crítica sobre a vida social e sobre o manejo dos recursos naturais, sob uma perspectiva que inter-relacione ambos os elementos, e que permita, em paralelo, fortalecer a cidadania em seu processo de incidência nas decisões públicas, de forma a concretizar o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2003).

Sato (2004) considera que os processos de Educação Ambiental devam gerar mudanças e melhorias na qualidade de vida e uma maior conduta pessoal, além de promover a sustentabilidade e harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente.

2.3 LEIS AMBIENTAIS

Segundo Brilhante e Caldas (1999, p. 13), atualmente, um dos temas fundamentais de política governamental e uma das maiores preocupações dos cidadãos, seja nos países industrializados ou não, constitui-se no meio ambiente.

A Lei 6.938/91, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 4º estabelece como objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, visando à melhoria da qualidade de vida. Desse modo, o desafio para a sustentabilidade das cidades brasileiras está na necessidade de conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, ressaltando a crescente busca por soluções e principalmente mudanças no que se refere à gestão urbana.

A Constituição Federal em seu art.34, VII, alínea c, garante dever da União em intervir para assegurar a autonomia municipal. Os municípios são os entes políticos incumbidos da competência de legislar sobre os assuntos de interesse local e para acrescentar e complementar a legislação federal e estadual. Ainda, no art. 23, VI, prevê a competência comum em proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Também, em seu art. 225, prevê que todos têm direito

ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Assim, a função social da cidade é cumprida quando garante a seus habitantes as condições adequadas de moradia, satisfazendo os direitos fundamentais à vida (AVELAR; PASCHOAL; SARQUES, 2014).

2.4 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor segundo Avelar; Paschoal e Sarques (2014):

abrange o planejamento, a política do solo, a urbanização e a ordenação das edificações, constituindo, enfim, o conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visa ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, organizar os espaços habitáveis e proporcionar melhores condições de vida ao homem no meio ambiente natural, artificial e cultural.

Ainda, segundo os mesmos autores, deve levar em conta a capacidade do suporte de infraestrutura e as condições do ecossistema local, além da determinação de áreas de risco, de restrição ambiental, de preservação permanente, de utilização e conservação de recursos naturais, de recuperação, e da zona de transição entre as áreas a serem preservadas, conservadas e ocupadas, caso contrário, pode ser ocasionada ou agravada a vulnerabilidade ambiental.

De acordo com a análise do Estatuto da Cidade, da Constituição Federal e de leis federais esparsas, realizada por Avelar; Paschoal e Sarques (2014), conforme Quadro 1, em relação ao meio ambiente e a responsabilidade municipal de protegê-lo e recuperá-lo, foram elaboradas propostas do conteúdo que deveria ser abrangido por todos os Planos Diretores Municipais:

PROPOSTA	LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA
Criação de princípios norteadores da política urbana	Art. 4º, inc. III, e alíneas do Estatuto da Cidade
Proteção da função social da cidade	Art. 182 da Constituição Federal
Direito à cidade com desenvolvimento sustentável	Art. 225 da Constituição Federal
Diretrizes e ações estratégicas para controle e fiscalização do meio ambiente	Art. 9º da Lei 6.938/81
Diretrizes para a estruturação territorial da cidade	Art. 5º do Estatuto da Cidade
Enquadramento nas leis federais	Lei n. 6.766/79 - áreas de proteção especial; Lei n. 4.771/65 - áreas de preservação permanente e reserva legal, Lei n. 9.985/00 - áreas de unidades de conservação
Criação de um órgão colegiado consultivo e deliberativo sobre a política e desenvolvimento urbano no Município	Art. 43, inc. I do Estatuto da Cidade c/c art. 6º, inc. VI da Lei 6.938/81
Exigência, por lei, dos proprietários de solo urbano não edificado ou não utilizado, a promoção do adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsório, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública	Art. 182, §4º da Constituição Federal
Em processos de elaboração, fiscalização e implementação, os Poderes Legislativos e Executivos deverão garantir: promoção de audiências públicas e debates com a participação da população, assim como iniciativa popular de projeto, lei, planos, e programas de desenvolvimento urbano	Art. 43, incisos II, III e IV do Estatuto da Cidade
Publicidade quanto aos documentos, permitindo o seu acompanhamento	Art. 2º, inc. II, do Estatuto da Cidade

QUADRO 1 – Proposta x Legislação

Fonte: Avelar; Paschoal e Sarques (2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A área de estudo, município de Piratuba-SC, onde foi realizada a pesquisa de percepção ambiental, está localizada, conforme um levantamento de dados e informações, realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2010, na Mesorregião Oeste Catarinense, pertence a Coordenadoria Regional do Meio Oeste, e a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), e ainda à Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC – SDR Concórdia.

Piratuba pertence a Bacia hidrográfica Rio do Peixe e a Região hidrográfica RH3 Vale do Rio do Peixe no meio-oeste do estado de Santa Catarina (AGUAS).

O mapa da Figura 1 indica a macrolocalização do município.



Figura 1 – Macrolocalização do município de Piratuba/SC.

Fonte: Mapas Blog (2015).

O município de Piratuba/SC “é conhecido em todo o Sul do país por ser o principal polo turístico do Oeste de Santa Catarina” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA/SC, 2014).

É um município pequeno, conforme foto parcial do município, que ilustra o centro urbano, Figura 2, com área total de 145,7 km², possui 4.786 habitantes, 2.855 habitantes residentes no perímetro urbano e 1.931 habitantes residentes no perímetro rural, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010).



Figura 2 – Foto parcial do município de Piratuba, SC.
Fonte: Guia de hotéis de Santa Catarina, 2014.

O município de Piratuba foi colonizado em 1910, e municipalizado em 1949, completando este ano 66 anos, (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA/SC, 2014).

Com relação à caracterização da qualidade de vida do município os dados do SEBRAE (2010) apontaram para o ano de 2000 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que alcançou 0,806, colocando o município na 102^a posição estadual neste indicador. E com relação ao Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) que aborda a pobreza em diversas perspectivas variando de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhores são as condições da família, o IDF de Piratuba em 2008 segundo a SEBRAE/SC (2010) é 0,570.

Quanto aos aspectos econômicos, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2012, Piratuba aparece na 142^a posição no ranking estadual, com um montante de R\$ 131.485,65. No mesmo ano, possuía um PIB per capita da ordem de R\$ 28.386,37, colocando o município na 32^a posição do ranking estadual (DEEPASK, 2012).

Quanto a infraestrutura, em relação ao abastecimento de água, em 2013, segundo um levantamento realizado pelo Deepask (2015), 60,8% das famílias

possuem seus domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água. Outros 39,2% dos domicílios recebiam água através da canalização de poços e nascentes.

Em relação ao saneamento básico, uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2010, apontou indicadores municipais coletados em 2000 pelo IBGE, onde 14 domicílios eram ligados à rede de esgoto ou pluvial, 638 possuíam fossa séptica, 663 possuíam fossa rudimentar, 83 possuíam vala, um domicílio possuía como destino o rio, um o destino era outro escoadouro, e 17 domicílios não possuíam banheiro ou sanitário.

Quanto a frota de veículos, no ano de 2008, o município atingiu a marca de 2,2 habitantes para cada veículo existente no município, o que segundo dados do DENATRAN a média nacional é de 3,5 habitantes por veículos.

Segundo a classificação de Köppen, a região de Piratuba apresenta Clima Subtropical do tipo Cfa – mesotérmico úmido, com verão quente.

As temperaturas são superiores a 22°C no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Segundo Gil (2008), esta é uma pesquisa Descritiva, onde é possível descrever as características de determinada população, utilizando técnica padronizada de coleta de dados, tal como, o questionário de pesquisa. Ainda, é possível realizar, acerca do problema estudado, levantamento e interrogação direta das pessoas de um grupo significativo, cujo comportamento se desejou conhecer para, em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados objetivando captar as explicações e interpretações sobre o que ocorre naquela realidade.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população entrevistada compreendeu habitantes residentes tanto no perímetro urbano, quanto no perímetro rural.

Foram entrevistados 356 moradores, o que corresponde a 7,43% da população total do município, dentro do prazo da pesquisa, conforme cronograma. Esse plano amostral da pesquisa foi estipulado com base na fórmula de Gil (2008), apresentada na equação 1:

$$n = \frac{\delta^2 p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \delta^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Onde: n é o tamanho da amostra, δ^2 é o nível de confiança escolhido, p é a probabilidade de o fenômeno ocorrer, q é a probabilidade complementar, N é o tamanho da população e e é a probabilidade de ocorrência de erro.

Como os valores de p e q não são conhecidos, usa-se atribuir o valor de 0,5 para as duas variáveis. O tamanho da amostra é de 4.786 mil habitantes. Para se obter um índice de 95% de confiança, utiliza-se o valor de 1,96 (tabelado). E, por fim, utiliza-se o erro de 0,05, devido ao fato de o índice de erro ser de 5%.

Sendo assim, obteve-se um volume amostral na proporção de 355,68 habitantes. Esse resultado foi arredondado para 356 habitantes, correspondente à 7,43% da população total do município.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados para a avaliação da percepção ambiental foi realizada por meio de questionário. O mesmo contou com 20 perguntas divididas em duas partes, a primeira relacionada a dados pessoais e a segunda relacionada a percepção ambiental, contemplando meio ambiente e os problemas ambientais, atitudes

pessoais quanto ao gerenciamento de resíduos sólidos. Tais questões possibilitaram a identificação do perfil e da percepção ambiental do entrevistado.

Os questionários (Apêndice A) foram aplicados pela própria pesquisadora, em uma pequena parte dos moradores do município, conforme a disponibilidade e o interesse de cada um, mas abrangendo a população em geral sem distinção.

Os moradores foram abordados nas ruas, em suas residências, local de trabalho, aleatoriamente, em grupos formados e aglomerados de pessoas.

O questionário foi aplicado individualmente, contemplando em cada questionário a opinião de um único morador.

Com base nos resultados da avaliação da percepção ambiental foram propostas ações e/ou programas de Gestão Ambiental com vistas às necessidades da população.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Todos os dados coletados, obtidos por meio de cada pergunta do questionário, foram analisados por meio de gráficos de comparação.

Estes gráficos foram estruturados em função da porcentagem obtida em cada pergunta, e foram elaborados por meio do Programa computacional Excel 2013.

As opiniões que não foram expressas nos gráficos foram descritas em forma de texto (parágrafos).

A análise dos dados foi realizada após o término da aplicação dos questionários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A análise da percepção ambiental de parcela dos moradores do município de Piratuba-SC abrangeu 356 entrevistados com idades a partir de 15 anos. Destes, 153 (43%) tinham idade entre 15 e 25 anos, 82 (23%) tinham idade entre 25 e 35 anos, e 121 (34%) tinham idade acima de 35 anos.

Dos 356 entrevistados, 244 (68,53%) foram mulheres e 112 (31,46%) foram homens.

Quanto ao grau de escolaridade 83 (23%) estudaram somente até o 1º Grau, sendo que destes, 43 (12%) não concluíram. Os outros 273 (77%) alcançaram o 2º Grau e ainda destes, 70 (19%) alcançaram o Ensino Superior e 20 (6%) a Pós Graduação.

Dos 356 entrevistados, 254 (71%) moram no perímetro urbano e 102 (29%) moram no perímetro rural.

Ainda, dos 356 entrevistados, 155 (44%) disseram sempre ter morado em Piratuba, e 200 (56%) disseram já ter morado em outros municípios, uma pessoa não respondeu.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, figura 3, mais da metade dos entrevistados disseram não conhecer o Plano, e os motivos relatados foram a falta de oportunidade, o fato de não ter acesso, e por morarem a pouco tempo no município. Os demais 43% dos entrevistados que avaliaram o Plano Diretor Municipal como bom, regular ou ruim, somente a minoria destacou o motivo.

Do total dos entrevistados, 58 (16%) consideraram o Plano Diretor “BOM” por ser bem organizado, por favorecer coisas boas ao município, por estar de acordo com a realidade e contemplar todas as necessidades do município, porque destacaram que ele organiza a cidade de maneira a favorecer o crescimento, promove a participação da população e porque o município só desenvolve.

Ainda, destacaram que o Plano norteia a ocupação habitacional dos munícipes e o uso do solo, que o que está no plano se reflete no município e que Piratuba é um ótimo lugar pra se viver.

Além disso, os entrevistados relataram que o novo Plano Diretor condiz com a realidade do município, que sempre tem melhorias, e que a população piratubense possui muitos benefícios. Também, que o Plano Diretor está bom na saúde e na educação e que a assistência médica é boa. Apontaram que o Plano traz benefícios como a construção de praças para as crianças, ruas asfaltadas nas comunidades, e na educação oportunizando o estudo em outros municípios por meio do fornecimento de transporte acadêmico gratuito.

Mesmo assim, houve argumento quanto ao município ser mais arborizado e aos mestres de obras na agricultura que teriam que melhorar, e por fim, os entrevistados destacaram que se todos cumprirem, ele está bom. Um argumento citado que chama a atenção, foi tal que, “o Plano Diretor estabiliza a mente do ser humano”.

Ainda, 72 (20%) entrevistados consideram o Plano Diretor “REGULAR” por consistir em visões de ideais de outros municípios, e acreditam que o modelo deveria surgir do próprio município, deveria ser adaptado, aprimorado, reestruturado, com novos conceitos, e sempre há algo para mudar e melhorar, algumas coisas não são bem esclarecidas, tem desorganização, além de ser antigo, que falta a Câmara de Vereadores aprovar o novo plano diretor, e que isso só não ocorreu porque não é completo e faltam ajustes a serem feitos.

Consideraram que o Plano Diretor ainda não supera as necessidades da região, principalmente na parte ambiental, devendo haver apontamento no Plano para que em todos os terrenos fosse preservado um pouco de verde, e que uma cidade em pleno desenvolvimento deixa a desejar e deveria estudar novamente a parte de construção civil.

Apontaram não ter conhecimento de alguma ação sustentável e que muitas pessoas desconhecem o Plano e outras não o atendem. Também apontaram que o Poder público não tem informações sobre o meio ambiente, pois não se percebe muito incentivo na área ambiental, nem ao saneamento básico e coleta seletiva.

Apontaram que Piratuba tem muito lixo, que falta planejamento, que é muito mal administrado, falta esclarecimentos à população, que tem pessoas que pensam em si próprio, que há muito a ser cumprido e algumas obras foram feitas, outras não, e que ainda há muito a se fazer em Piratuba.

Por fim, 24 (7%) entrevistados consideram o Plano Diretor “RUIM” por ser ultrapassado em relação a demanda do crescimento urbano, ser mal administrado, e

não concordam com algumas coisas, e deveria ser reformulado. Disseram não haver fiscalização quanto aos materiais de construção deixados nas beiras de ruas e calçadas. Apontaram que o novo Plano traz inovações, mas está parado há mais de três anos na câmara de vereadores pois ainda está confuso.

O fato de que mais da metade dos entrevistados, quase 60% não conhecem o Plano Diretor do Município, torna-se preocupante, pois este é o documento mais importante da cidade que rege as regras e normas e estabelece a organização municipal, e um dos motivos relatados pelos entrevistados foi o fato de não ter acesso ao documento. E, ainda que tenham avaliado como bom, regular ou ruim, percebe-se que, pelos argumentos, a maioria não faz ideia do que se trata o Plano Diretor, a maioria não respondeu o porquê, o que reflete nitidamente a falta de conhecimento sobre a questão, eles apenas “acham” que conhecem o Plano Diretor.

No geral, os apontamentos feitos refletem claramente que as pessoas confundem o Plano Diretor Plano de Governo de cada partido que assume a Prefeitura, e com isso, o questionário serviu como um meio para o desabafo dos moradores.

Fica nítido, com essas respostas, o desinteresse dos moradores pelas questões municipais, o Plano Diretor é um documento de acesso público, cabe a cada um demonstrar interesse em conhecer as regras que regem as atividades do município. E, a busca por aprimorar o Plano, adequando-o à atualidade do município reflete que o poder público se preocupa em atender as necessidades condizentes com o crescimento do município.

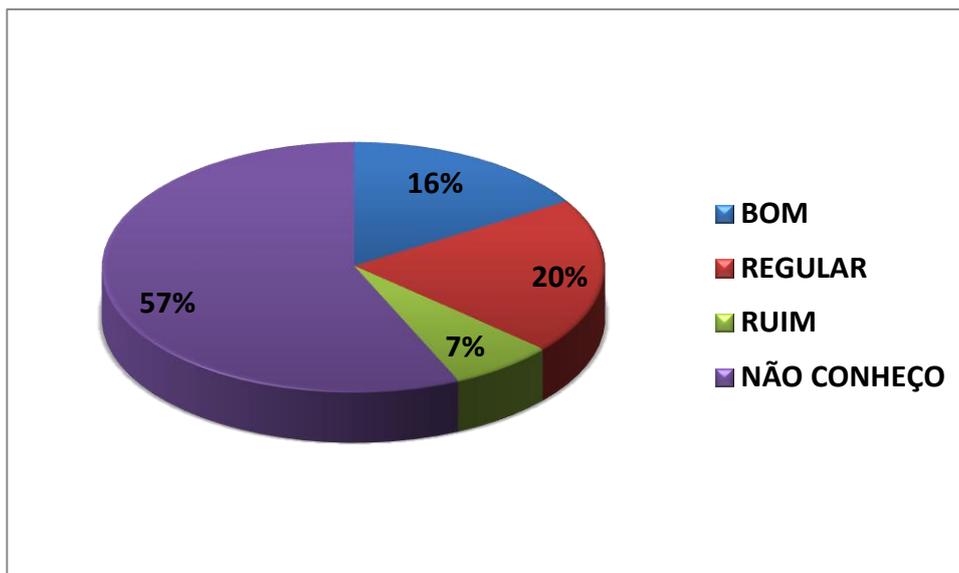


Figura 3 – Opinião dos entrevistados em relação ao Plano Diretor.
 Fonte: Do autor.

Com relação ao entendimento da população sobre o conceito de Meio Ambiente, 23 (7%) entrevistados não responderam, dois (1%) não sabem o que é, 94 (26%) disseram que é tudo o que tem a ver com a natureza e o ecossistema, é o estudo da natureza, inclui todos os recursos naturais, fauna e flora, florestas e matas, rios, água, terra, animais, pássaros, ar puro, seres vivos.

Ainda, do total dos entrevistados, 145 (41%) entrevistados disseram que meio ambiente é “tudo ao nosso redor”, que é o espaço/ambiente onde se vive e onde tudo está envolvido/habitat, as formas de integração de vida, conjunto de unidades ecológicas, de forças e condições que cercam e influenciam os seres vivos e as coisas em geral, vivas e não vivas, que afetam o ecossistema, tudo o que se vê, que se ouve e que se toca.

Por fim, 69 (19%) disseram que é um meio sustentável que necessita preservação e cuidado para que haja sobrevivência, proveniente dos recursos para a vida. E os outros 23 (6%) tiveram suas respostas relacionadas com outros conceitos ligados ao lixo e poluição, qualidade de vida, conjunto das condições físicas, químicas e biológicas nos quais os seres vivos se desenvolvem, envolve derrubada de árvores, seres vivos sendo respeitados pelos humanos, acolhendo bichos abandonados, é cuidar bem das pessoas.

Percebe-se nessas respostas que o conhecimento dos moradores de Piratuba em relação ao meio ambiente é muito limitado, as respostas são vagas, simples, e

muitas vezes contraditórias, refletindo que muito há de se fazer em relação à educação ambiental comunitária.

Na figura 4, podem ser observados os resultados quanto ao entendimento da população sobre meio ambiente.

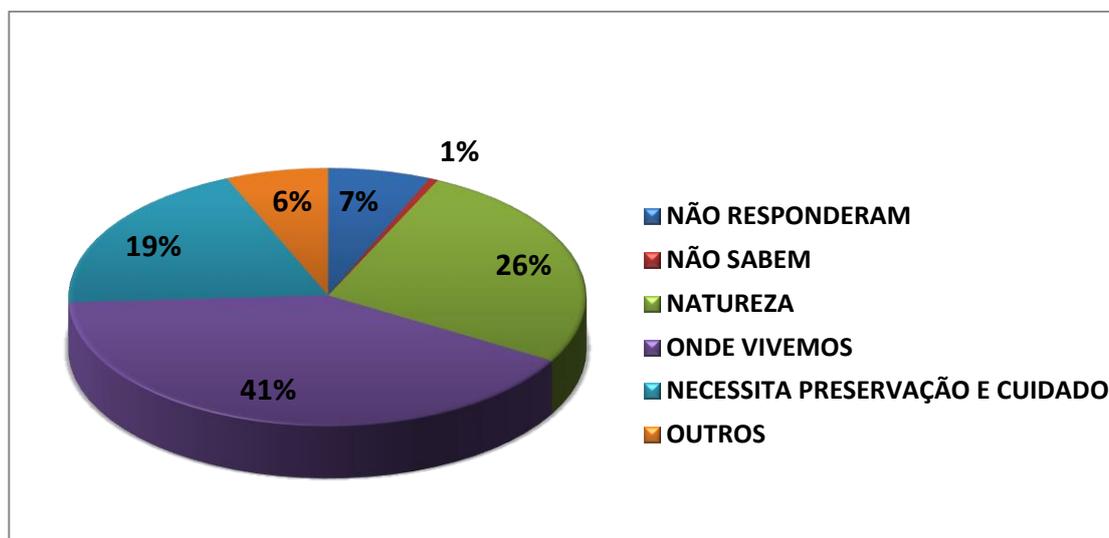


Figura 4 – Conceito de meio ambiente para a população de Piratuba-SC.

Fonte: Do autor.

Quando questionado aos entrevistados se no município existe algum problema ambiental que incomoda os moradores, 80 (23%) entrevistados disseram não haver nenhum, 7 (2%) não responderam, 104 (29%) disseram que os efluentes (esgoto) são um dos problemas que mais causa incômodo, seguido dos resíduos sólidos assinalados por 51 (14%) entrevistados.

Do total dos entrevistados, 41 (12%) entrevistados assinalaram que resíduos sólidos e efluentes são juntos os problemas mais preocupantes, 23 (6%) assinalaram o desmatamento, 6 (2%) assinalaram as emissões atmosféricas, 7 (2%) assinalaram efluentes, resíduos sólidos e o desmatamento. 8 (2%) assinalaram efluentes, resíduos, desmatamento e emissões atmosféricas e 10 (3%) assinalaram efluentes e desmatamento.

Ainda, 19 (5%) entrevistados, assinalaram que existem outros problemas que causam maiores incômodos como o descarte e não reutilização da água do balneário, a qual poderia ser mais aproveitada; pessoas que jogam lixo no rio, e outras que preferem queimar o lixo a levar nos ECOPONTOS.

Também, foi destacado o fato de que a população não tem conhecimento do local onde é despejado o esgoto retirado na coleta, e por não haver local adequado para despejar os dejetos de fossa e dos dejetos dos ônibus de turismo.

Ainda, que o Rio do Peixe está poluído; e que há falta de conhecimento em relação à qualidade da água; falta de arborização; os estacionamentos são irregulares; há animais abandonados; asfalto vergonhoso cheio de buracos; questões em Lei que poderiam ser facilitadas pela Prefeitura, que há falta de coleta de lixo orgânico e que a empresa que realiza a coleta de lixo atualmente não agrada a população.

A opinião de alguns entrevistados contradiz com a realidade do município, no momento em que apontaram que há falta de coleta de lixo no interior, e que morando no interior não é possível saber se há algum problema ambiental. No interior do município, em todas as comunidades é possível comprovar in loco as lixeiras para armazenamento de resíduos sólidos, as quais foram implantadas com material de reuso (caixas de transporte de peixes adquiridas no ferro-velho). O que se percebe é a falha na transmissão da informação, onde o poder público deveria salientar a importância de se utilizar as lixeiras implantadas, bem como informar como funciona o roteiro de coleta e quais resíduos podem ser depositados.

Também, foi feito mais um apontamento relevante quanto a arborização urbana e a estabelecer regras de preservação do verde para manter a permeabilidade no centro urbano do município, a cidade carece de arborização urbana, e a população sente isso.

A figura 5 apresenta o posicionamento dos entrevistados quanto aos problemas ambientais existentes no município.

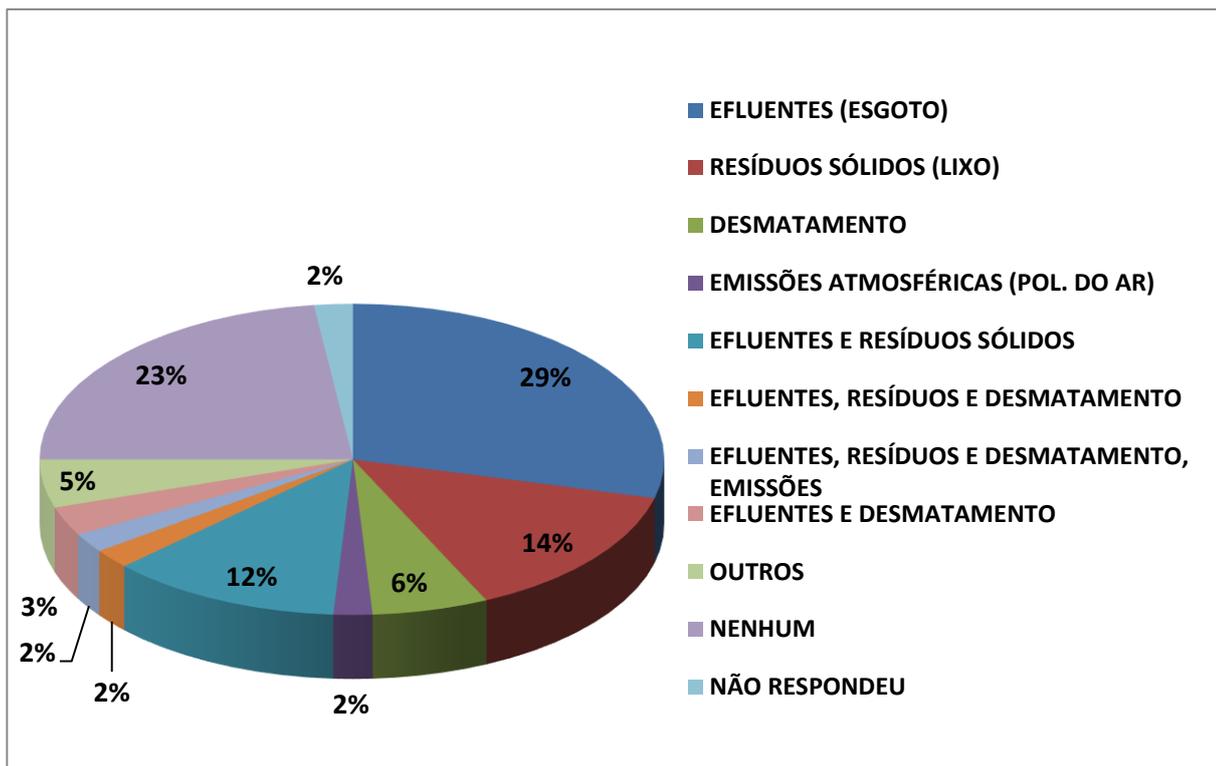


Figura 5 – Problemas ambientais citados pela população de Piratuba-SC.

Fonte: Do autor.

Quando os entrevistados foram questionados a respeito da preocupação por parte do poder público em realizar suas atividades sempre com o cuidado ao meio ambiente, 164 (46%) responderam que “SIM”.

Estes, apontaram que as atividades municipais são realizadas sempre com a preocupação de cuidar do meio ambiente, pois não se vê nada errado, a cidade é limpa, tem saneamento básico, possui lixeiras de separação de resíduos, tem coleta e reciclagem, tratamento de água, e existem ações sendo realizadas, estão evidentes os bons exemplos de cuidados, todos os projetos são previamente aprovados pela Fundação de Meio Ambiente - FATMA e os órgãos competentes sempre fazem o melhor possível e tomam os cuidados necessários buscando sanar aquilo que já deixou de ser feito, e quando surge algum problema logo é solucionado, e também porque não querem prejudicar o município, além das consequências que poderão ter caso não cuidem.

Apontaram também, o fato de Piratuba ser um município turístico.

Do total de entrevistados 176 (49%) responderam que “NÃO”, pois não se tem muito controle das atividades, o esgoto não tem tratamento, os resíduos são queimados a céu aberto, não possuem destino correto, não são recolhidos como

deveriam ser, demoram para serem recolhidos, ficam jogados no chão pelo município e que sendo município turístico deveria haver coleta seletiva.

Também, foi destacado que o ramo da construção esta desenfreado, há desmatamentos e escavações incorretas, a Prefeitura joga entulho em terreno baldio, não dão a devida importância, não valorizam a água termal que e explorada inadequadamente, deveriam reutilizá-la, não há arborização na avenida, não há estudos ambientais antes das obras na cidade, e dá para fazer açude ate dentro de uma sanga.

Os entrevistados apontaram a falta de fiscalização e planejamento, e que o poder público não sabe a importância que o meio ambiente tem, que fazem coisas desnecessárias, sempre estão causando um caos no município, e que só o cheiro de esgoto já complica tudo. Destacaram que os interesses em evidência são os de construir, engrandecer o turismo e vender, e ficam esquecidos os cuidados necessários.

Apontaram que muitas coisas são feitas com interesses próprios, sem o consentimento coletivo, e as pessoas nem sempre são direcionadas para tomar esses cuidados.

Uma das pessoas entrevistadas disse que trabalha na Prefeitura e vê enormes quantidades de óleo indo para o rio. Relataram que eles, o poder publico, até tentam, mas na realidade em que se vive é difícil alcançar 100%, as vezes há a necessidade de prejudicar o meio ambiente em um curto período de tempo, e nem sempre tudo o que é feito é possível deixar o meio ambiente intacto.

Ainda, relataram que os munícipes não se conscientizam, e que alguns proprietários exploram a natureza para enriquecer sem se preocupar em inovar.

E, por fim, 9 (3%) entrevistados não responderam e 7 (2%) não souberam responder.

Essas respostas refletem falta de credibilidade do Poder Público em relação ao desenvolvimento de suas atividades.

Quanto a percepção da população sobre as ações do poder público municipal realizadas em prol do meio ambiente, dos 356 entrevistados 49 (14%) disseram não saber de nenhuma ação realizada relacionada ao tema, 6 (2%) disseram que não haviam ações sendo realizadas, e 59 (17%) não responderam a pergunta.

Dos demais entrevistados, 60 (17%) disseram que a Escola Sócio Ambiental é um ótimo exemplo de ação que foi e está sendo realizada, 51 (14%) apontaram a

Revitalização da Avenida com implantação de rede de coleta de esgoto, 15 (4%) apontaram somente a Revitalização da Avenida, 26 (7%) mencionaram a coleta de lixo no perímetro rural com implantação do Projeto ECOPONTOS, 23 (7%) mencionaram a coleta de lixo em geral, 12 (3%) mencionaram a manutenção da limpeza da cidade, das ruas e bueiros.

Ainda, 55 (15%) apontaram outras ações como a construção da praça do Ferroviário com aspecto ambiental, a colocação de lixeiras para resíduos recicláveis e orgânicos, campanhas de coleta seletiva, plantio de árvores e incentivo ao plantio e replantio, visitas nas propriedades com orientação, fechamento (desativação) do lixão e contrato com a Usina de Reciclagem, construção de um biodigestor em uma escola, campanha do CDL-recicla nas escolas com redação, campanha no dia da árvore com plantio de mudas, reflorestamento com eucalipto próprio para uso e comércio, educação ambiental como forma de conscientização nas escolas, confecção de decorações de Natal com reutilização de pet, reciclagem, coletiva regular obrigatória, proteção de fontes superficiais com modelo caxambu a tempos atrás, coleta de embalagens de agrotóxico, coleta de água da chuva, exigência correta da varrição das ruas por meio de licitação, comemoração a Semana do meio ambiente, plantio de árvores às margens da rodovia pelo Lions clube, aplicação de técnicas de jardinagem nos canteiros centrais da Avenida, criação e desenvolvimento do Clubinho verde, preservação do ambiente no perímetro rural, reposição da mata ciliar, e ainda citaram a construção de tubulações de esgoto, água e luz subterrâneos e a despoluição visual pela revitalização da Avenida.

Diante do exposto observa-se, mais uma vez, o desinteresse da população com relação às questões municipais, e também pouca divulgação por parte do poder público, das ações que são realizadas no município.

Essa pesquisa foi aplicada durante a segunda fase da implantação da rede de coleta de esgoto, e mesmo assim 16% dos entrevistados disseram não saber de nenhuma ação em prol do meio ambiente, 17% nem responderam a questão. A obra está sendo feita na única Avenida que o município possui, e mesmo assim, entrevistados relataram que não há ações sendo realizadas. Isso reflete uma falha na divulgação por parte do setor público, referente aquilo que está sendo feito, ou a ignorância e descaso da população com relação às atividades que ocorrem diariamente no município.

Fica claro, novamente, que as atividades municipais precisam ser amplamente divulgadas e que a população do município de Piratuba precisa se engajar mais no que tange as questões sociais comunitárias.

Na figura 6, podem ser observados os resultados referente à ações que o município desenvolve em benefício do meio ambiente.

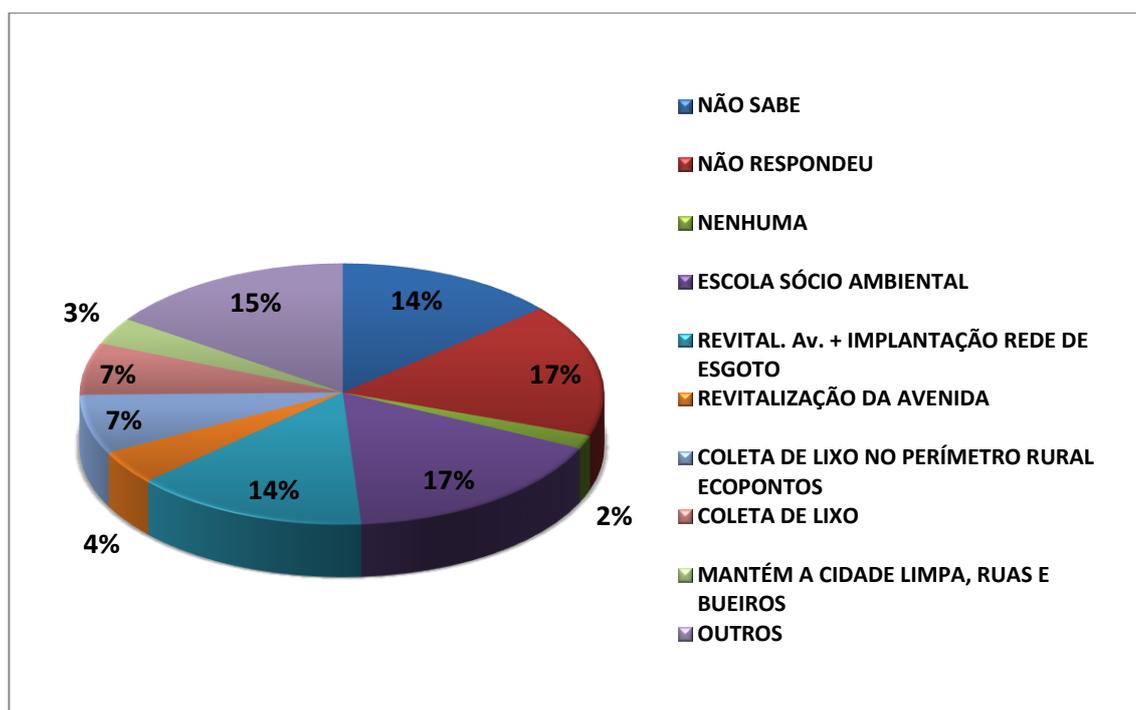


Figura 6 – Percepção quanto às ações em prol do meio ambiente.

Fonte: Do autor.

Quando questionados quanto aos impactos causados pelas ações diárias, um entrevistado não respondeu, 83 (23%) não souberam responder, 91 (26%) afirmaram que suas ações não causam nenhum tipo de impacto ambiental.

Ainda, 181 (50%) afirmaram que suas ações causam impactos, como entupimento de tubulações, poluição do ar através da emissão de gás carbônico pelos automóveis, poluição pela geração de resíduos, poluição pelo uso de agrotóxicos, poluição pela bituca de cigarro, poluição do ar, poluição da rede hídrica, aquecimento global, derretimento da geleiras, falta de água (seca), desmatamento, queimadas, desmoronamentos, erosão no solo, degradação, enchentes, dengue, produção média de 500g de resíduos por dia, desperdício de água, desperdício de alimentos, uso de combustíveis fósseis, uso de produtos químicos, consumo de alimentos industrializados, não utilização de sacolas retornáveis, não há lixeiras para

resíduos recicláveis, os resíduos são mal recolhidos pela empresa responsável, muitas vezes fica espalhado pelas ruas e o chorume sendo levado para mananciais.

E também, mesmo que não tenham destacado quais, alguns entrevistados disseram que suas atividades também geram impactos positivos.

50% dos entrevistados não sabem se suas ações diárias causam algum tipo de impacto, e acham que não geram nenhum, sendo que na era em que vivemos é impossível não causar impacto algum. Isso reflete a maneira como a maioria das pessoas separam as questões ambientais do seu dia-a-dia, ignorando-as. Tirando o corpo fora, fugindo das responsabilidades. A maioria demonstrou não saber nem o que significa impacto ambiental.

Em relação as ações realizadas em prol do meio ambiente, 8 (2%) entrevistados disseram que não realizam nenhum tipo de ação, 7 (2%) não souberam responder, 29 (8%) não responderam, 61 (17%) disseram que fazem a separação dos resíduos, 126 (35%) descartam os resíduos no local adequado, 21 (6%) economizam água potável, 17 (5%) plantaram árvores.

Ainda, 87 (25%) disseram que reutilizam óleo de cozinha usado para fabricação de sabão, incentivam os filhos para que tenham cuidado com o meio ambiente em geral, poupam energia elétrica, realizam plantio direto que evita a erosão, não usam agrotóxico, evitam realizar queimadas, não derrubam árvores que estão em extinção, vão caminhando para o trabalho, cultivam e preservam as plantas, fazem manutenção da biodiversidade, não desmatam, fazem a reciclagem, não andam de carro, preferem transporte coletivo, fazem compostagem, reutilizam água, reaproveitam materiais sempre que possível, fazem captação de água da chuva, utilizo shampoos biodegradáveis para banho nos cães do Pet, evito pegar sacolas plásticas, não queimam resíduos, recolhem resíduos nos arredores de casa e no asfalto, preservam as fontes de água, encaminham os resíduos separadamente para a reciclagem, não permitem caça na propriedade.

E, por fim, uma resposta contraditória que chamou a atenção, enfatizou a queima dos resíduos plásticos para evitar que esse tipo de resíduo fique jogado no meio ambiente. Esta prática contradiz com o conceito de sustentabilidade e preservação do meio ambiente e reflete a falta de conhecimento sobre as consequências que surgirão.

Nesta questão, fica evidente que a educação ambiental comunitária precisa ser inserida no dia-a-dia da população de maneira que seja conhecido a importância dos cuidados com o meio ambiente e a necessidade da mudança de hábitos diários.

Os moradores também responderam a uma questão onde foram submetidos à uma situação hipotética relacionada à convivência em meio à poluição. Do total dos entrevistados, 90% (324) disseram não estar dispostos a conviver com uma poluição acentuada, mesmo em troca de retorno financeiro.

Destacaram que, dinheiro não é tudo, é status e passageiro, que o dinheiro de hoje não compra o futuro de amanhã, é uma ilusão, e para tudo o que é feito tem uma consequência, e que viver em meio à poluição é muito ruim, não teria como se adaptar, geraria um incômodo insuportável, não faria bem.

Salientaram que a saúde estaria sendo prejudicada, que todos seriam prejudicados e correriam mais risco de vida, que a saúde tem de estar em primeiro lugar, que dinheiro não compra saúde, e isso influenciaria na qualidade de vida e na autoestima. Para os entrevistados, qualidade de vida não é ambiente poluído, meio ambiente poluído é doença na certa, e mesmo que recebessem dinheiro, tudo seria gasto com a saúde, e que o bem estar é essencial, e a vida é mais importante, tem que pensar no futuro, e pensar no bem estar dos filhos e das famílias. Além disso, seria como se auto destruir e acabar com o mundo aos poucos.

Ainda, destacaram que é difícil entender como alguém poderia viver com poluição, é preciso pensar na natureza, essa prática prejudicaria o meio ambiente, afetaria a qualidade do ar, e o dinheiro não iria reconstruir o meio ambiente, muito menos a atmosfera, e é preferível que tudo esteja limpo, o ambiente precisa dos seres humanos, não deve-se incentivar esses atos e não se deve exceder a Lei, afinal o meio ambiente é que fornece a vida, o planeta Terra é a casa de todos os seres vivos.

Porém, 23 (6%) disseram que estariam sim dispostos a conviver com uma poluição acentuada, afinal estariam recebendo para isso, defenderam que se vive em uma sociedade capitalista e não é possível fugir disso, isso é pura ostentação, e com o dinheiro compraria casa em outro lugar, um entrevistado não liga para a poluição, isso seria bom para a sociedade, além disso, ajudariam a cuidar mais do meio ambiente em troca.

Um entrevistado não soube responder, e 8 (3%) não responderam.

A preocupação por parte da maioria dos entrevistados em relação à conviver na poluição, favorece a ideia de adquirir e manter a boa qualidade de vida, além de salientar a preocupação coletiva e não somente individual.

Quanto ao destino dos resíduos sólidos, 42 (11%) disseram que encaminham para a coleta seletiva, separam todos os componentes (metal, plástico, orgânico, papel, etc.) e encaminham para a reciclagem, 135 (38%) disseram que amontoam os resíduos em sacos na porta de sua casa para a coleta feita pelo caminhão da Prefeitura, 7 (2%) enterram os resíduos, 8 (3%) reutilizam, sempre que possível, o material inorgânico para novas funções: artesanato, embalagens, maquetes.

Ainda, 48 (13%) reaproveitam os resíduos orgânicos para alimentação de animais domésticos ou para a fabricação de adubo em seu quintal, através da compostagem, 19 (6%) fazem a queima em seu quintal, 45 (12%) fazem a compostagem e amontoam em sacos para a coleta feita pelo caminhão da Prefeitura, 50 (14%) disseram que fazem um pouco de cada coisa, 2 entrevistados não responderam.

A coleta realizada por empresa responsável, vicia a população. A não realização de coleta seletiva no município, torna os habitantes acomodados, de maneira que se algum dia a coleta seletiva for implantada, o impacto será inevitável e a população pode se retrair, afetando negativamente os resultados esperados.

A figura 7 apresenta os dados relativos ao destino dos resíduos sólidos.

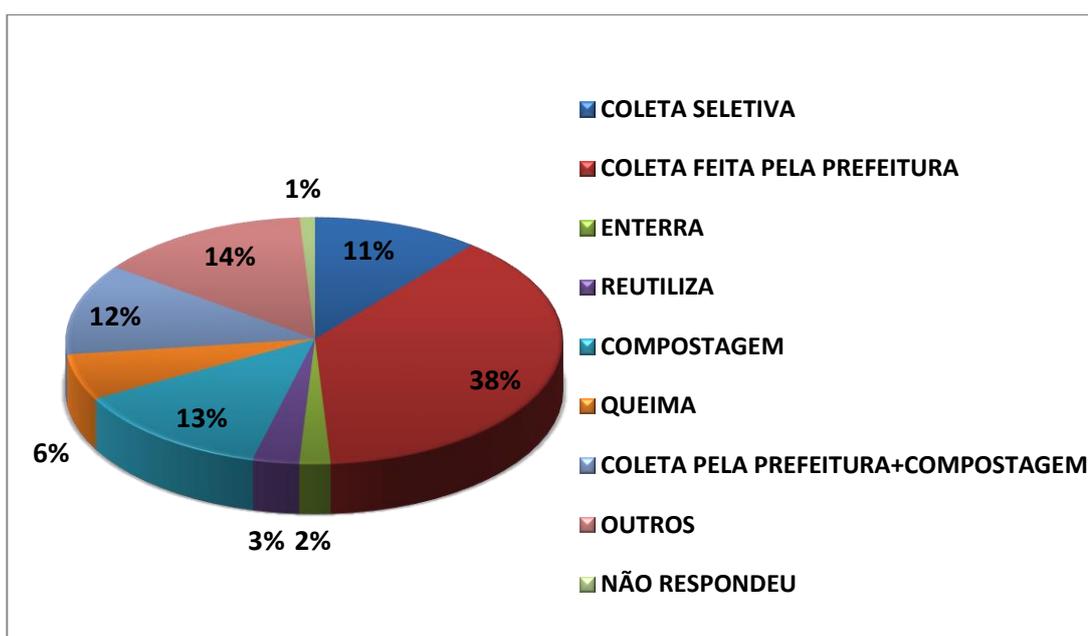


Figura 7 – Destino dos resíduos sólidos gerados pela população.

Fonte: Do autor.

Quanto ao destino dos resíduos, 16 (5%) não responderam, 100 (28%) não sabem para onde vão os resíduos, e 240 (67%) disseram que sabem qual é o destino. Desses 240 que sabem, 26% disseram que o seus resíduos são encaminhados para a empresa de reciclagem, 25% que vai para a usina de reciclagem, 7% que vai para o lixão, 3% que vai para aterro sanitário e os outros 39% apontaram destinos diversos, como por exemplo, para a fossa e depois é enterrado, queimado e as cinzas ficam na atmosfera, para um depósito reciclável, para o lixão onde é feita a reciclagem, para o lixão da empresa que realiza a coleta.

Novamente a falta de conhecimento e a falta de informação fica nítida. Esse problema pode ser ocasionado por desinteresse da população, o que é mais provável, ou pela pouca divulgação das atividades por parte do poder público.

Além disso, os entrevistados confundem usina de reciclagem e aterro com lixão. E uma parcela significativa não sabe qual o destino do seu lixo.

Os entrevistados foram questionados quanto aos resíduos sólidos serem considerados problema de saúde pública e afetarem a qualidade de vida das pessoas, 94% dos entrevistados responderam que sim por fazer mal a saúde, por atrair bichos, animais, pragas que causam e transmitem doenças, por ser fonte de epidemias e conter inúmeras bactérias, por poder ocasionar diversos problemas de saúde, por questões de higiene, aspecto visual, por causar mau cheiro, por ser preocupante, nojento e ruim.

Além disso, apontaram que os resíduos acumulados podem atrair o mosquito causador da dengue, podem ser resíduos tóxicos e não tóxicos, e nem tudo é reciclado, sem contar que faz mal ao meio ambiente, pode causar contaminação e poluição, gera desequilíbrio ecológico, ocasionam enchentes.

Os entrevistados responderam também que somente quando há falta de consciência é que os resíduos tornam-se um atributo ofensivo a saúde, resíduos expostos sim podem causar danos, se a coleta não for feita, se não forem armazenados adequadamente causam poluição e problemas de saúde e falta no município, serviço qualificado para realização de coleta, não tem coleta seletiva no município, cada município deve saber que os resíduos devem ter um destino correto, se não forem recolhidos a cidade fica suja e não seria possível aguentar 15 dias sem coleta, os grandes centros sofrem com isso diariamente, também há uma quantidade de resíduos muito grande sendo gerada, e que não possui os cuidados necessários, logo não haverá mais lugares para descarte de resíduos, os aterros sanitários estão

ficando sem solução, quando remanejado para aterros pode ocasionar graves problemas de saúde e contaminar o solo, 76 entrevistados não deram motivos.

Ainda, 4% disseram que os resíduos não podem ser considerados problema de saúde pública porque se forem recolhidos, separados, e armazenados não conferem risco, a não ser que não seja feita coleta e destinação adequada, os resíduos quando limpos e separados podem ser reaproveitados. E 2% não responderam.

A preocupação com a saúde se destaca, diante de tantos vícios e acomodações. Diante dessa questão, surge a possibilidade de desenvolver estratégia de educação ambiental com foco na saúde pública, de maneira que será mais fácil convencer o público alvo, apontando como vilões os seus maiores medos.

Quanto ao conceito de reciclagem, 23 (6%) entrevistados não responderam, 15 (4%) não souberam responder, 178 (50%) disseram que reciclagem é reutilizar, reaproveitar materiais usados em novos produtos de forma a diminuir impactos ambientais, 49 (14%) disseram que é a separação e a destinação adequada, 8 (11%) disseram que é o processo que visa transformar materiais usados transformando-os em matéria prima para novos produtos com vista a sua reutilização, 27 (8%) disseram que é selecionar o que pode ser reutilizado, e os outros 26 (7%) disseram que é o reaproveitamento de matéria prima, um meio de cuidar do meio ambiente, transformar resíduo orgânico em adubo, o que a empresa que realiza a coleta dos resíduos no município também realiza a reciclagem, reutilização de materiais inorgânicos, prolongar a vida útil, local onde os resíduos são separados, reciclados para serem reaproveitados, “é reciclar o lixo”, é o que dá para reciclar.

Os conceitos descritos pelos entrevistados são relativamente pobres, demonstrando a falta de conhecimento sobre as questões ambientais que se apresentam distantes da realidade diária dos entrevistados. É evidente que os entrevistados não percebem que tudo o que é feito, envolve direta ou indiretamente o meio ambiente.

A figura 8 apresenta o conceito de reciclagem segundo a percepção dos moradores do município de Piratuba-SC.

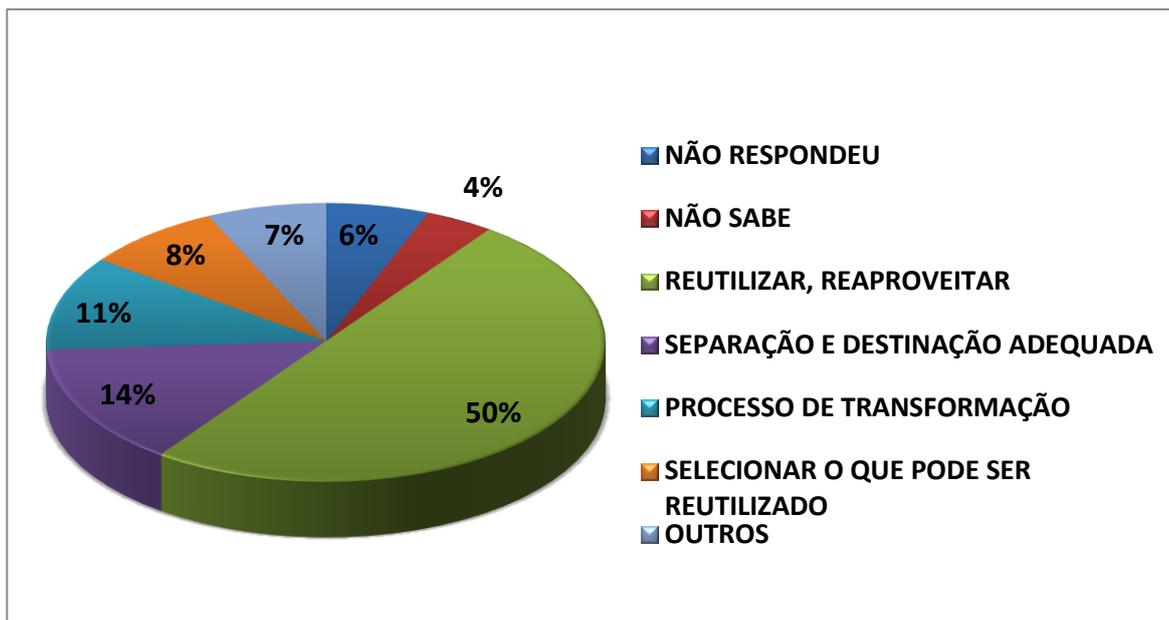


Figura 8 – Percepção da população sobre o conceito de reciclagem.

Fonte: Do autor.

Quanto ao saneamento básico, 158 (44%) entrevistados disseram que possuem sistema de tratamento de esgoto do tipo fossa, fossa séptica, fluvial, fossa negra, caixa de gordura, caixa de gordura e séptica, fossa séptica anaeróbica, com pedra, filtro, caixa de gordura, filtração, encanamento, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, caixa de esgoto, tratamento em condomínio, fossa seguindo os padrões exigidos pela Prefeitura para o Alvará de construção e seguindo Projeto Hidráulico-Sanitário, normal, ainda, desses 11 não responderam e 8 não souberam o tipo.

Ainda, 77 (22%) disseram que suas casas não possuem tratamento de esgoto e indicaram os destinos, fossa, fossa tampada, fossa séptica, céu aberto, galeria pluvial, fossa enterrada, não respondeu, fossa comum, pegamos água de um poço, na terra, ir para reciclagem, fossa, filtro, sumidouro, rio, rede pública, fossa de pedra, vai pra fossa que a Prefeitura limpa e joga na pedreira na rua 1º de Maio, 2 não souberam e 4 (1%) não responderam.

Muitos entrevistados desconhecem o próprio conceito de saneamento básico. E fica evidente, ainda, as falhas no Planejamento municipal, apontando grandes passivos ambientais no que tange ao destino de efluentes sanitários.

Quanto ao significado de saneamento básico, 43 (12%) não responderam, 106 (30%) não sabem, 192 (54%) sabem e 15 (4%) sabem mas não descreveram.

Dos 192 entrevistados que sabem o significado de saneamento básico, 31% disseram que é o tratamento de esgoto, captação, destino dos dejetos e local apropriado para descarte, 25% disse que é tudo o que está relacionado com água e esgoto para uso humano/básico, 16% disse que é a atividade econômica voltada para sanar as necessidades da população ao abastecimento de água potável, à coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, moradia, destinação correta do lixo energia elétrica, controle de pragas, manejo pluvial, etc, 11% disse que é um conjunto de medidas adotadas favorecendo o bem estar físico, mental e social das pessoas, qualidade de vida.

Ainda, desses, 17% apontaram outros conceitos como, ar limpo, desde o simples ato doméstico até as ações sociais diárias: água, esgoto, no município está sendo implantado, todas as ações para proteger o meio ambiente, fiscalização para não termos fossas a céu aberto e resíduos por todo lado criando bactérias, mosquito da dengue e outras doenças, tratar os resíduos produzidos, planejamento e desenvolvimento da cidade em um todo, esgotos, resíduos sólidos, se comprometer com algo e não cumprir, tudo o que se refere a sujeira e causaria doenças, Lei que garante distribuição de água e esgoto, envolve saúde, transporte e meio ambiente, conjunto de ações que trazem benefícios para a população e para o meio ambiente, são ações na área do esgoto, dos resíduos e da água para melhorar a qualidade de vida tanto na área urbana como na área rural.

Novamente, fica claro a falta de conhecimento da população em relação aos conceitos ambientais, aqui pela ignorância da população em relação aos quesitos que afetam positiva ou negativamente a qualidade de vida.

Quando questionados referente ao meio de transporte mais utilizado, 262 (74%) disseram que utilizam automóvel, moto ou carro, 34 (9%) utilizam transporte coletivo, 55 (15%) utilizam bicicleta ou fazem caminhada, e 5 (2%) não responderam.

A figura 9 expõem os meios de transporte mais utilizados pelos entrevistados.

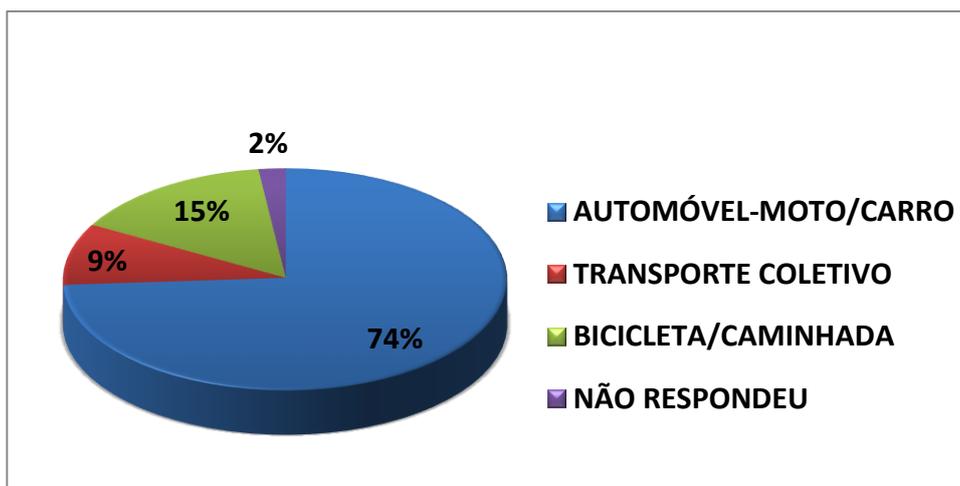


Figura 9 – Meio de transporte mais utilizado.
Fonte: Do autor.

Junto à Prefeitura Municipal foram pesquisados dados referentes ao gerenciamento e geração de resíduos sólidos, porém, não existe nenhum documento atualizado em relação ao assunto, as últimas informações documentadas são da data de 2012 e por isso são consideradas defasadas.

Segundo informações fornecidas pelo técnico da Prefeitura, responsável por todas as questões que tenham relação com resíduos sólidos, o montante de resíduos gerados em Piratuba equivale a 225t por mês, quantidade correspondente a 1,567kg por habitante por dia. Média considerada elevada se compararmos com a quantidade média gerada por habitante no Brasil, equivalente a 1,064kg por habitante por dia (ABRELPE, 2012).

O motivo dessa excessiva geração de resíduos é o fato de Piratuba ser um município turístico e contabilizar os resíduos gerados pela rede hoteleira juntamente com os resíduos dos habitantes. Ainda, em função disso, os resíduos orgânicos compreendem em média 70% do total gerado.

4.2 MUDANÇA DE HÁBITOS - PROPOSTA DE AÇÕES.

Com base na análise das respostas dos entrevistados, foi possível perceber a necessidade de inserir no dia-a-dia da população do município de Piratuba, hábitos que favoreçam a conservação do meio ambiente.

O Poder Público, sendo o órgão que rege as normas municipais, tendo o poder de estabelecer padrões de sustentabilidade dentre as atividades realizadas por cada membro da sociedade, tem o dever de aproveitar positivamente esse domínio.

De acordo com as respostas dos entrevistados, para a resolução de cada caso mencionado, o ideal, para conseguir melhores e mais rápidos resultados, seria criar uma Fundação do Meio Ambiente – FMA no município. Esse processo pode ser acelerado por meio da elaboração de um documento, acompanhado do Projeto de Lei que irá fundamentar a criação da Fundação, e entregue aos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores do Município.

Por meio desta Fundação é possível nortear estratégias para envolver a população municipal nas questões ambientais do município, minimizando o desinteresse apontado de acordo com as respostas obtidas. Essas estratégias podem ser, reforçar, por meio dos meios de comunicação (rádio comunitária, jornal, meios eletrônicos) a importância da participação comunitária nas sessões da Câmara de Vereadores, nas reuniões setoriais, e demais encontros públicos, estimulando a vontade da população em participar ativamente.

O mesmo pode ser feito em relação ao Plano Diretor, o qual a maioria dos entrevistados disseram não conhecer, e os que conhecem não tem aporte suficiente para avaliar o mesmo. Uma reunião pode ser realizada para que a situação do Plano Diretor seja informada à população, com apresentação do Plano Diretor em vigor, e as inovações do novo Plano que está em aprovação. O convite para esta reunião deve frisar a importância da participação de cada cidadão piratubense.

Pode-se também, por meio da Fundação, reverter o quadro apresentado em relação à falta de conhecimento demonstrado pela população ao responder o questionário. A Fundação pode promover a educação e conscientização ambiental da sociedade, por meio da realização de campanhas e oficinas relacionadas à educação ambiental. Outra estratégia, seria inserir no dia-a-dia e na rotina de trabalho dos próprios servidores públicos, de todos os setores sem exceção, todas as temáticas ambientais, por meio de palestras e pequenas paradas para Dialogo Ambiental, com noções gerais de economia, conscientização, cuidados, saúde, qualidade de vida, consumo e outros, tornando esses assuntos comuns na realização de qualquer atividade.

Também, podem ser realizadas mais palestras nas comunidades do interior abordando todos os assuntos relacionados a meio ambiente e principalmente a questão dos resíduos sólidos, uma das mais mencionadas pelos entrevistados, conforme a análise dos dados. Devem ser esclarecidos, nas palestras, tópicos como local adequado para disposição dos resíduos, tipos de resíduos, o que não se pode fazer, maneiras de reutilizar materiais e maneiras de diminuir a geração de resíduos sólidos, dentre outros assuntos.

Ainda, seria estratégico realizar palestras específicas direcionadas aos funcionários do setor de obras da prefeitura a respeito de Leis ambientais, para que estes tomem os cuidados necessários e não haja realização de obras e serviços inadequados, conforme foi descrito nos questionários.

A Fundação Municipal de Meio Ambiente pode desenvolver um Programa de formação de líderes comunitários ambientais, de modo que estes sejam exemplos para a sociedade e que disseminem as informações municipais relacionadas com as questões ambientais.

Por meio da FMMA, também, é possível consolidar uma base legal que estabeleça critérios ambientais a serem seguidos. Um exemplo, seria a elaboração de uma Lei Municipal para disciplinar a arborização do município, ou seja, um Projeto que vise à arborização urbana, da avenida, atendendo aos reclamos da população identificados na análise dos questionários respondidos. Essa Lei favorecerá a população de tal modo que poderá proporcionar os benefícios tais como sombra e beleza, além de "...melhorar a qualidade do ar, da água, dos solos e do clima, evitando o reflexo do calor provocado pelo aquecimento do asfalto e elevando a umidade do ar devido à evapotranspiração..." (OLIVEIRA, 2013, p. 1901), e, com isso, influencia diretamente na qualidade de vida da população.

Além disso, outra sugestão significativa é a elaboração de uma proposta de Lei que garanta a preservação do verde no centro urbano do município por meio de uma Taxa de Permeabilidade, estabelecendo a porcentagem do lote ou terreno que deve ser dotada de vegetação, favorecendo a infiltração de água da chuva de maneira a propiciar um alívio para o sistema público de drenagem urbana, o que evitaria problemas futuros de alagamentos por déficit de área permeável e contribuindo para o equilíbrio climático, além de proporcionar embelezamento da cidade e sombra.

Ainda, a criação do Código Municipal de Meio Ambiente permitirá a elaboração de Planos ambientais, que norteiem a ordenação do espaço territorial e defina diretrizes para uso e ocupação do espaço urbano.

Por fim, outro Projeto que demanda maior necessidade de ser desenvolvido é o da Coleta Seletiva de resíduos, principalmente no que diz respeito ao arquivamento de dados, como relatórios de coleta e de geração, fundamentais para a realização de qualquer atividade que esteja relacionada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível avaliar a percepção ambiental da população do município de Piratuba, e também, o nível de conhecimento da população em relação ao meio ambiente e aos problemas ambientais.

Com base na análise dos dados, pode-se concluir que a população de Piratuba possui pouco conhecimento sobre os conceitos e assuntos relacionados com as questões de meio ambiente, e não assume a responsabilidade com relação aos problemas ambientais. Além disso, não está envolvida com o desenvolvimento do município, tão pouco se interessa pelas questões municipais, indicando a necessidade de maior atenção para práticas de educação ambiental que visem a conscientização.

Também, há carência na transmissão das informações por parte do Poder Público, o qual deixa a desejar em relação à manter a população informada de tudo o que é realizado no município.

Contudo, a aplicação de estratégias de educação ambiental serão bem aceitas pela população em função da porcentagem de jovens e pessoas de meia idade que responderam ao questionário. Também, planos e campanhas direcionadas as mulheres terão um significativo grau de acessibilidade, ainda mais se associarmos que as mulheres é que gerenciam os lares e participam mais ativamente da educação dos filhos.

A Educação Ambiental inserida na rotina dos moradores poderá refletir em resultados satisfatórios, como a mudança dos hábitos diários para hábitos mais sustentáveis. Isso se faz necessário, pois percebe-se que a maior parte da população faz somente aquilo que é regado pelo Poder Público, daí surge a importância de inserir a educação ambiental nas atividades de gestão.

Ficou evidente também, a necessidade de se estabelecer novas políticas públicas voltadas para as questões ambientais, de maneira a aprimorar a gestão ambiental pública refletindo em uma melhor qualidade de vida da população.

Por fim, as pessoas demonstraram ter apenas uma noção sobre as questões ambientais, mas não as conhecem na íntegra, demandando mais atenção por parte do Poder Público, o qual tem poder de tornar a vida dos moradores de Piratuba mais agradável.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2012**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20%20Panorama2012.pdf>>. Acesso dia 25 de fevereiro 2015.

ADAMS, Berenice Gehlen. **Reciclando conceitos**. 1998. Disponível em: <<http://www.apoema.com.br/textos1.htm>>. Acesso dia 20 de março 2014.

ÁGUAS. **Comitê de gerenciamento bacia hidrográfica do Rio do Peixe**. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-rio-do-peixe/bacia-hidrografica-rio-do-peixe>>. Acesso dia 10 de dezembro 2014.

AVELAR, Bruna Carvalho Moura; PASCHOAL, Sandra Regina Remondi Introcaso; SARQUES, Waleska Dias. **Política ambiental municipal: importância do Plano Diretor em normatizar a ocupação e expansão urbana no que tange ao desenvolvimento sustentável e recuperação ambiental**. Revista Âmbito Jurídico. 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=11872&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso dia 23 de março 2014.

BACHA Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. **Considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade**. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>. Acesso dia 24 de março 2014.

BAY, Aurilabio M. C.; SILVA, Valdenildo P. **Percepção ambiental de moradores do bairro de Liberdade de Parnamirim/RN sobre esgotamento sanitário**. Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central, 2011.

BRILHANTE, Ogenis Magno; CALDAS, Luiz Querino de A. **Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

CASCINO, Fabio. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso dia 26 de Março 2014.

DEEPASK. **Dados socioeconômicos.** Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=piratuba/SC-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso dia 10 de março 2015.

DELEVATI, Dionei Minuzzi. **Implantação da coleta seletiva e sistema de compostagem no campus da UNISC.** 2006. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/uruguay30/BR05424_Delevati.pdf>. Acesso dia 20 de março 2014.

FERNANDES, Roosevelt S. et al. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.** Rede CEAS – USP, 2004. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso dia 17 de março 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso dia 24 de março 2014.

HOTÉIS DE SANTA CATARINA. **Piratuba.** Disponível em: <<http://www.hoteisdesantacatarina.com.br/cidades/piratuba>>. Acesso dia 18 de março 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do senso demográfico 2010 - Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=29>>. Acesso dia 14 de Março 2014.

LEFF, Enrique. **A Complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

LEI Nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso dia 26 de março 2014.

LIMA, Luiz Mário Queiroz. **Lixo: tratamento e biorremediação.** 3. ed. Brasil: Hemus, 2004.

MAPAS BLOG. **Mapas de Piratuba – SC**. 2011. Disponível em: <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/11/mapas-de-piratuba-sc.html>>. Acesso dia 10 de março 2015.

OLIVEIRA et al. **Benefícios da arborização em praças urbanas – o caso de Cuiabá/MT**. v(9), nº 9, p. 1900-1915, 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/viewFile/7695/pdf>>. Acesso dia 12 de março 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.piratuba.sc.gov.br/conteudo/?item=12479&fa=7477>>. Acesso dia 14 de março 2014.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA, 2004.

SEBRAE/SC – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Santa Catarina em Números: Piratuba**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Piratuba.pdf>>. Acesso dia 10 de dezembro 2014.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS
MORADORES DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SC**

Questionário:**Percepção Ambiental dos moradores do município de Piratuba - SC.**

1. Idade: 15 a 25 anos 25 a 35 anos Acima de 35 anos

02. Gênero: Feminino Masculino

03. Grau de escolaridade: 1º Grau completo 1º Grau incompleto
 2º Grau completo 2º Grau incompleto
 Ens. Superior Completo Ens. Superior incompleto
 Pós Graduação

04. Mora:

Perímetro Urbano Perímetro Rural

05. Sempre morou em Piratuba?

Sim Não

06. Você considera o Plano Diretor do Município de Piratuba:

Bom.
 Regular Por quê: _____
 Ruim _____
 Não conheço

07. Para você, o que é Meio Ambiente? _____

08. Em Piratuba há algum problema ambiental que lhe deixa incomodado?

Efluentes (esgoto)
 Resíduos sólidos (lixo)
 Desmatamento
 Emissões atmosféricas (poluição do ar)
 Nenhum
 Outros. Qual? _____

09. Você acha que as atividades municipais são realizadas com a preocupação de sempre cuidar do meio ambiente?

Sim Por quê? _____
 Não _____

10. Cite uma ação que o município realizou ou está realizando em prol do meio ambiente: _____

11. Você acha que suas ações diárias podem causar impacto ambiental?

Sim. Qual impacto? _____
 Não
 Não sei

12. Cite uma ação que você realiza em prol do meio ambiente: _____

 _____.

13. Você estaria disposto (a) a conviver com uma poluição acentuada se isso lhe trouxesse mais retorno financeiro?

Sim Não Por quê? _____.

14. O que você faz com o lixo que você produz?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Faz a coleta seletiva, separa todos os componentes (metal, plástico, orgânico, papel, etc.) e encaminha para a reciclagem | <input type="checkbox"/> Reutiliza, sempre que possível, o material inorgânico para novas funções: artesanato, embalagens, maquetes... |
| <input type="checkbox"/> Amontoa-o em sacos na porta de sua casa para a coleta feita pelo caminhão da Prefeitura | <input type="checkbox"/> Reaproveita o lixo orgânico para alimentação de animais domésticos ou para a fabricação de adubo em seu quintal, através da compostagem. |
| <input type="checkbox"/> Enterra | <input type="checkbox"/> Faz a queima em seu quintal |

15. Você sabe para onde vai o seu lixo? _____
 _____.

16. Você considera que o lixo pode ser um problema de saúde pública, qualidade de vida?

() Sim () Não Por quê? _____.

17. Em sua opinião, o que é reciclagem? _____
 _____.

18. Sua casa tem tratamento de esgoto?

- Sim. Que tipo? _____.
- Não. Qual é o destino? _____.
- Não sei

19. Você sabe qual é o significado de saneamento básico? _____
 _____.

20. Qual é o meio de transporte que mais utiliza?

- Automóvel- moto/carro
- Transporte coletivo
- Bicicleta/caminhada